

**FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ECONOMISTAS
FENECON**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
(Janeiro a Julho de 2002)



SUMÁRIO

	Pág.
Apresentação.....	3
I – Os Objetivos	4
II – A Estratégia.....	4
III – Os Projetos	5
IV – As Atividades	6
V – A Execução Financeira.....	7
VI – Os Eleitos	7

---oo0oo---

APRESENTAÇÃO

A apresentação deste Relatório de Atividades da Diretoria Executiva à apreciação do Conselho de Delegados Representantes da Federação Nacional dos Economistas – FENECON –, se dá em cumprimento ao estabelecido nas alíneas “f” e “h” do artigo 28 do Estatuto, e compreende o período de janeiro a julho de 2002.

Ainda de acordo com o Estatuto, a análise deste Relatório exige, necessariamente, o conhecimento e o julgamento da Prestação de Contas do período citado, que inclui os Balancetes Mensais, o Balanço e o Parecer do Conselho Fiscal sobre essas peças, como prevê a alínea “b” do artigo 35.

Afora a obrigação estatutária, a apreciação deste Relatório é, sobretudo, um momento de reflexão, sobre o que ainda está por ser feito, diante dos imensos desafios e das limitações – sobretudo materiais –, que vêm sendo enfrentados pela Federação.

Nos sete meses do ano três foram os fatos mais marcantes: a plena regularização das relações institucionais entre o COFECON e a Federação, com integral envolvimento do Presidente do Federal, Econ. Carlos Roberto de Castro, o que permitiu a realização conjunta de várias e importantes iniciativas em defesa dos direitos e interesses da categoria; a realização do II Encontro Nacional das Entidades Sindicais dos Economistas (II ENESE), depois de dezessete anos da promoção do primeiro encontro; e a reforma do Estatuto da Federação, na qual foram criados os cargos de Vice-Presidente de Relações Institucionais e de Vice-Presidente de Relações Sindicais, com a extinção do cargo de Vice-Presidente Administrativo-Financeiro Suplente, fruto de um amplo acordo político. Na mesma assembléia que alterou o Estatuto, se introduziu o critério opcional do voto por correspondência, nas eleições de escolha de membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, quando houver uma única candidatura registrada, e o envio e o recebimento do voto por meios eletrônicos. Mas ambos procedimentos ainda serão objeto de regulamentação pelo Conselho de Representantes.

Pode-se dizer que nesses sete meses, apesar das naturais limitações, foi possível gerar um saldo positivo, como será demonstrado neste Relatório, representando um avanço nos trabalhos iniciados nos anos recentes. E esse avanço – fruto da ação combinada e coletiva de várias pessoas –, deve ser compartilhado com todas elas, que, direta ou indiretamente, contribuíram para isso.

De início deve-se ressaltar o valioso e indispensável apoio recebido do Conselho de Delgados Representantes, sem o qual não teria sido possível realizar parcela expressiva dos trabalhos levados adiante nesse período.

Também valiosa foi a atuação dos integrantes do Conselho Fiscal, aos quais se reconhece o mérito do trabalho de acompanhamento e fiscalização regular e criteriosa, do recebimento e da aplicação das verbas da Federação.

Deve ser também aqui registrado o apoio recebido da direção da CNPL, por uma questão de gratidão, bem como a deferência prestada pelos dirigentes máximos da ANGE, da ANPEC e de diversos centros acadêmicos de Economia.

Por fim, porém não por último, fica registrado também os sinceros agradecimentos pelo apoio incondicional que foi proporcionado pela maioria dos Conselhos Regionais de Economia.

Brasília, 31 de julho de 2002



Econ. EDSON ROFFÉ BORGES
Presidente

I – OS OBJETIVOS

Nos primeiros sete meses do ano de 2002, cumprindo o que determinava o Plano de Trabalho, as atividades da Diretoria foram sempre orientadas pelos seguintes objetivos prioritários:

a) - Fortalecimento institucional da Federação, enquanto entidade sindical de segundo grau de representação nacional dos economistas, ampliando os espaços nos quais já vem atuando e ocupando novos, ao mesmo tempo em que se fortaleceu a ação dos sindicatos afiliados e se procurou ampliar o seu quadro social;

b) - Valorização profissional dos economistas, através da execução de um conjunto de projetos e atividades que ajudaram a viabilizar a realização de cursos, debates, palestras, seminários e encontros; o acesso à informações legais, técnicas e sobre o mercado de trabalho; o esforço de contribuição à melhoria de qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação em economia;

c) - Promoção social da categoria, através de iniciativas que contribuam para melhorar as condições gerais de vida dos profissionais, seja através da obtenção de alguns benefícios, seja pela realização de eventos que sirvam para ampliar o ambiente de solidariedade, confraternização e companheirismo entre os economistas.

II – A ESTRATÉGIA

Para levar adiante os objetivos do Plano de Trabalho, prosseguiu-se adotando uma estratégia de ação que implicou na busca de parcerias institucionais, das mais diversas ordens, além da crescente ação integrada com os SINDECONS.

Ainda no âmbito da categoria, se privilegiou o trabalho conjunto com os Conselhos Regionais de Economia, na maioria dos Estados, até porque essa prática já é comum na quase totalidade dos SINDECONS e CORECONS.

Felizmente, a partir sobretudo deste ano, a nossa proposta de parceria apresentada há quatro anos atrás ao Conselho Federal de Economia, foi plenamente acolhida, e vem sendo executada a contento, atendendo antigo anseio da categoria.

Também se continuou aprofundando a parceria que há com a Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL), entidade sindical de terceiro grau, a qual a Federação é filiada

Foi possível também compartilhar algumas ações concretas com outras instituições e sociedades, aí incluída, especialmente, a Associação Nacional dos Cursos de Economia (ANGE). Iniciativas conjuntas foram realizadas também com algumas Instituições de Ensino Superior e com vários centros acadêmicos de Economia.

A ampliação dos espaços nos quais a FENECON já vem atuando e ocupando novos, foi buscada por vários meios, tais como: a divulgação de informações e opiniões sobre assuntos de interesse da categoria, sobretudo através de entrevistas dos dirigentes da Federação nas mídias nacional e estaduais; a publicação de notas, notícias e artigos sobre questões econômicas relevantes para a sociedade em geral e a participação em audiências junto a órgãos federais, em defesa de interesses dos Economistas.

Procurou-se garantir a base financeira da Federação, buscando-se aumentar a sua principal receita social, pela emissão, pela quarta vez, das guias de recolhimento da contribuição sindical para os economistas residentes nos Estados do Acre, Amapá, Sergipe e Tocantins, onde não há sindicatos organizados, graças ao apoio recebido dos CORECONS que jurisdicionam os profissionais nesses estados.

Através da CNPL também foram emitidas as guias de recolhimento da contribuição sindical para dezesseis dos 20 SINDECONS afiliados. Os SINDECONS do PI, MT, SP e SC emitiram suas próprias guias.

III – OS PROJETOS

O Plano de Trabalho deste ano prioriza sete projetos, sendo que alguns deles só serão concluídos nos próximos anos e outros deverão se repetir nos anos seguintes.

Em princípio, os projetos são iniciativas a serem executadas em prazo determinado, com coordenação própria, merecendo orçamento específico e recursos previamente aprovados. Ao final dos primeiros sete meses do ano, pode-se fazer a seguinte avaliação:

a) – Até agora não foi possível realizar o **Programa Nacional de Requalificação Profissional** (PNRP), com recursos do FAT , cujo projeto foi aprovado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, previsto inicialmente para 1999, mas devido ao contingenciamento do orçamento geral da União, não teve seus recursos liberados, em que pese as articulações e solicitações feitas;

b) – A colaboração com o **processo de melhoria dos cursos de economia**, em respeito ao currículo estabelecido pela Resolução 11/84, do Conselho Federal de Educação, se deu através de diversas iniciativas, entre as quais destacamos as seguintes:

- Participação, em conjunto com o COFECON e o CORECON-DF, na audiência havida com o conselheiro José Carlos de Almeida, do Conselho Nacional de Educação, para tratar da nova regulamentação das diretrizes curriculares do Curso de Economia, em Brasília; a partir dessa audiência, a FENECON, juntamente com o COFECON, a ANGE e a ANPEC, subscreveram manifestação pública registrando seu posicionamento em favor da manutenção dos princípios da Resolução 11/84;

- Participação em um seminário com professores e estudantes do Curso de Economia da Universidade Católica de Salvador, promovido pelo Centro Acadêmico com o apoio da Reitoria, em Salvador, na Bahia, em abril;

- Apoio e participação no Congresso da Associação Nacional dos Cursos de Economia (ANGE), realizado no período de 14 a 17.05, em Piracicaba, SP; ao final desse Congresso a Federação e as três outras entidades antes citadas, voltaram a manifestar-se publicamente em defesa da preservação dos princípios da Resolução 11/84 que regulamentou o currículo do curso de economia;

- Em conjunto com o COFECON, a ANGE e a ANPEC, a Federação se fez representar, no dia 28.05.02, em Brasília, na audiência havida com o Ministro da Educação, pleiteando alteração na proposta de resolução criada pelo Parecer N° 146/2002, do Conselho Nacional de Educação, e, em consequência desse encontro, foi proposta ao MEC uma versão alternativa à minuta de resolução elaborada pelo Conselho; em decorrência dessas ações, até o momento o MEC não homologou o referido Parecer;

c) – A participação e colaboração com a programação e execução dos **Encontros Regionais dos Economistas** ocorreram no Encontro dos Economistas do Nordeste (ENE), realizado em João Pessoa, PB, e no Encontro dos Economistas do Sul (ENESUL), realizado em Florianópolis, SC, através dos SINDECONS locais;

d) – O apoio à **formação e à atualização de dirigentes sindicais**, só deverá ocorrer no segundo semestre deste ano, a depender da programação a ser realizada pela CNPL, que inclui a participação da diretoria da FENECON no IV Congresso da Confederação;

e) – No período de 24 a 26 de abril, foi realizado, com pleno sucesso, o **II Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Economistas (ENESE)**, em parceria com os SINDECONS, organizado pelo SINDECON da Paraíba, com o apoio da CNPL e do COFECON, com a finalidade de unificar e fortalecer, a nível nacional, a ação dos Sindicatos dos Economistas na luta em defesa de seus direitos e dos interesses da categoria. Os Relatórios dos Grupos de Trabalho e as Moções aprovadas estão disponíveis na Home Page da FENECON;

f) – Deu-se prosseguimento ao **Projeto de Informatização dos Sindicatos**, iniciado em 2000, através de colaboração financeira para aquisição ou atualização tecnológica de microcomputadores e impressoras, dos SINDECONS que atendam os requisitos fixados pelo Projeto. Desta feita foi beneficiado o SINDECON de Brasília. Com isso, já somam seis os SINDECONS beneficiados pelo Projeto (PA, BA, MS e MA foram apoiados em 2000 e o de Rondônia em 2001). Outra iniciativa importante nessa área foi o desenvolvimento de um aplicativo (Cadastro Sindical), através de uma empresa especializada com sede em Brasília, colocado em CD e cujas cópias foram enviadas a todos os sindicatos afiliados;

g) – A divulgação da **Opinião da FENECON** através da mídia se restringiu basicamente a questão da reforma do currículo do Curso de Economia, sem prejuízo de entrevistas e manifestações de dirigentes da Federação veiculadas nos meios de comunicação dos estados.

IV – AS ATIVIDADES

As atividades, por natureza, têm caráter permanente, podendo incorporar-se à rotina de trabalho da Federação e, em alguns casos, exigiram prévio orçamento, ainda que possam, eventualmente, contar com múltiplas fontes de financiamento.

Das 6 (seis) atividades programadas, algumas foram iniciadas ainda no ano passado, devido a urgência, ou porque eram requisitos à realização de outras atividades e de alguns projetos:

a) - **Fortalecer e Ampliar a Base Sindical da Federação**, restringiu-se ao apoio dado a nova direção do SINDECON do Rio Grande do Norte, no processo de regularização, e ao SINDECON do Maranhão, para a realização de um Curso de Excel, que deverá ocorrer em setembro vindouro;

b) - **Consolidar o papel institucional da Federação**, teve um avanço expressivo, através das ações, em conjunto com o COFECON, em defesa dos direitos dos Economistas do INCRA, do IBAMA e quanto a questão da luta em favor da alteração do decreto que regulamentou a carreira de Perito Criminal Federal, de forma a permitir que os Economistas também possam candidatar-se a esse cargo público. Outra ação importante nesse sentido foi a negociação iniciada com o Ministério da Integração Nacional, em conjunto com o COFECON, atendendo reivindicação do SINDECON-GO, de forma a garantir aos Economistas do Centro-Oeste o direito de participarem da elaboração dos projetos de viabilidade econômico-financeira candidatos a financiamento com recursos do FCO;

c) – **Manteve-se atualizada a Home Page da FENECON**, com “sites” dos Sindicatos afiliados e o uso freqüente do correio eletrônico, inclusive para a disseminação e discussão de informações sobre questões sindicais, trabalhistas, previdenciárias, salariais e similares; de assuntos em tramitação no Executivo Federal, no Congresso Nacional e no Judiciário Federal, de interesse dos afiliados;

d) – **Ampliou-se os trabalhos administrativos na sede em Brasília**, em apoio ao às atividades da Diretoria Executiva, inclusive com algumas melhorias realizadas em suas instalações.

e) – **Prestar orientação legal aos Sindicatos**, sobre questões trabalhistas, sindicais, previdenciárias, salariais e similares, ficou restrita a assistência dada ao SINDECON de Alagoas, apesar de que o texto sobre o assunto tenha sido enviado a todos os SINDECONS;

f) - **Fortalecer as ações das Diretorias Regionais**, apoiando a execução de seus planos de trabalho aprovados, deu-se sobretudo no processo de concepção, programação e realização do II ENESE.

V – A EXECUÇÃO FINANCEIRA

De acordo com o Balanço do período de janeiro a julho 2002, a Federação, em 31.07.02, tinha um Ativo Total de R\$ 133.014,50, praticamente o mesmo valor existente ao final de 2001.

O Ativo Circulante em 31.07.02 era de R\$ 79.990,84 (2,2 % maior do que o valor existente em 31.12.01) e o Ativo Permanente era de R\$ 53.023,66 (7% menor que o valor do final de 2001). Do total do Ativo Circulante, R\$ 78.820,35 correspondiam ao saldo em aplicações financeiras, que era 6,9% maior do que havia em 31.12.01.

Do Passivo Total de R\$ 133.014,50, o Patrimônio Líquido era de R\$ 132.595,68, o qual incluía R\$ 105.829,20 referentes a “sobras acumuladas”.

Pela Demonstração de Resultados que consta no Balanço de 31.07.02, cabe destacar:

a) – A Receita Operacional Bruta, derivada da contribuição sindical, somou até então R\$ 76.303,59, que correspondeu a 95 % do total arrecadado, já que a Receita Financeira era de R\$ 4.043,60;

b) – As Despesas Gerais e Administrativas foram de R\$79.322,42, que somadas as Despesas Financeiras (R\$ 95,29) e a Outras Despesas Operacionais (R\$ 1.385,87), totalizaram do ao final um montante de R\$ 80.803,58, superando as Receitas em apenas R\$ 456,39;

c) – Nas Despesas Administrativas o elemento mais destacado foi o custeio com deslocamento e hospedagem dos Delegados Representantes, da Diretoria e Conselho Fiscal, correspondendo a quase 80% dos gastos administrativos, pois no período duas reuniões já ocorreram (antes e durante o II ENESE e para a eleição e reforma estatutária).

VI – OS ELEITOS

De acordo com a vontade do Conselho de Delegados Representantes, reunido em assembléia geral no dia 25 de julho, foram eleitos e empossados no dia 26 os novos integrantes da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da Federação, para um mandato de dois anos.

Para a Diretoria Executiva foram eleitos: – Presidente: Nelci José Pedrozo Mainardes (PR); Vice-Presidente Administrativo-Financeiro Efetiva: Iliana Alves Canoff (DF); Vice-Presidente Administrativo-Financeiro Suplente: Edson Roffé Borges (PA); Diretor Regional Norte Efetivo: Sérgio Roberto Bacury de Lira (PA); Suplente: Luiz Carlos de Araújo (RO); Diretor Regional Nordeste Efetivo: Antônio César da Silva (BA); Suplente: Edivaldo Teixeira de Carvalho (PB); Diretor Regional Centro-Oeste Efetivo: Antônio Eurípedes de Lima (GO); Suplente: Lorenzo Torres Martínez (MS); Diretor Regional Sudeste Efetivo: Luiz Carlos Vinha; Suplente (SP); Cláudio da Costa Manso (SP); Diretor Regional Sul Efetivo: Paulo Roberto de Jesus (SC); Suplente: Flávio Lopes Perfeito (SC).

Na Assembléia Extraordinária realizada no dia 26.07.02, que alterou o Estatuto e criou os cargos de Vice-Presidente de Relações Sindicais e de Vice-Presidente de Relações Institucionais, foram eleitos também os Economistas Francisco Arézio Ricardo Filho (PR) e Edson Roffé Borges (PA) para exercerem as novas funções, extinguindo-se na ocasião o cargo de Vice-Presidente Administrativo-Financeiro Suplente.

O Conselho Fiscal passou a ter a seguinte composição: Efetivos – Francisco de Assis Simões (Londrina/PR), José Ribamar Silva Campos (MA) e José Santana Cardoso (SP). Suplentes – Davi Queiroz de Medeiros (RN), Luiz de Cerqueira Cotrim Filho (AL) e Roberto Bocaccio Piscitelli (DF).

---oo0oo---